

Os lameiros e a sustentabilidade dos sistemas de produção agro-pecuários de montanha em Trás-os-Montes.

José Vieira¹, Adelaide Fernandes¹, Adelino Bernardo¹, Vitório Martins², Nuno Moreira³

¹Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Quinta do Valongo, 5370-087 Carvalhais MDL

²Parque Natural do Alvão, Largo dos Freitas, 5000 – 528 VILA REAL

³Dep. de Fitotecnia. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Apartado 1013 5001-911 Vila Real

RESUMO

No âmbito de um projecto de estudo sobre os lameiros de Trás-os-Montes, visando a avaliação, manejo e sustentabilidade dos sistemas agro-pecuários de montanha em que estão inseridos, procedeu-se a inquéritos por entrevistas directas conduzidas em 1999 nas sub-regiões de a) Barroso (Montalegre e Boticas) b) Alvão-Padrela (Vila Pouca de Aguiar e Vila Real) c) Planalto (Miranda do Douro e Vimioso) d) Montesinho (Bragança e Vinhais).

A média das áreas de superfície agrícola útil (SAU) das explorações inquiridas foi de a) 12,8 ha, b) 9,8 ha, c) 42,7 ha e d) 45 ha, representando os lameiros, 70% da SAU em a), 61% em b), 35% em c) e 27% em d). Os encabeçamentos médios reportados em cabeças normais (CN) foram de 0,83 (a), 1,28 (b), 0,44 (c) e 0,82 (d) CN ha⁻¹ SAU.

Nos últimos anos regista-se um decréscimo das áreas de cultivo de cereais praganosos (trigo e centeio), um aumento das áreas de lameiros e outras culturas para forragem, com a proporcional tendência para o aumento dos efectivos pecuários.

Como limitações para o desenvolvimento/aumento da produção, os agricultores apontam a reduzida disponibilidade de quotas de prémios aos animais e a limitação de pasto e/ou feno dos lameiros.

Inquiridos sobre as suas intenções no curto/médio prazo os agricultores do Planalto e de Montesinho manifestaram-se pelo aumento dos efectivos, enquanto que os do Barroso e do Alvão-Padrela pela manutenção. Em todas as quatro sub-regiões era pequeno o número de agricultores com intenções de reduzir o efectivo pecuário.

Sobre a sucessão na exploração, os inquiridos consideram que está assegurada em 50% das explorações do Barroso, em apenas 20% no Alvão-Padrela, 15% no Planalto e, pelo contrário, em 80% no Montesinho. As idades médias dos agricultores inquiridos foram de 49 anos (a), 54 (b), 41 (c) e 47 (d).

Os lameiros e a produção pecuária têm grande e crescente importância nos sistemas agro-pecuários de montanha de Trás-os-Montes e os agricultores predominantemente apostam na sua manutenção ou aumento.

O principal risco para a sustentabilidade destes sistemas deriva das dificuldades de sucessão das explorações, o que dadas as idades médias registadas nos inquéritos não será um problema no curto-médio prazo, mas sobretudo a médio longo prazo.

SUMMARY

Within the study project of the semi-natural meadow pastures (“lameiros”) of Trás-os-Montes (northern Portugal), aiming its evaluation, management and sustainability of the farming mountain systems where they are inserted, inquiries through direct interviews were proceeded in 1999 in the sub-regions of a) Barroso (Montalegre and Boticas) b) Alvão-Padrela (Vila Pouca de Aguiar and Vila Real) c) Planalto (Miranda do Douro and Vimioso) d) Montesinho (Bragança and Vinhais). The average of agricultural area of

the inquired farms was a) 12,8 ha, b) 9,8 ha, c) 42,7 ha and d) 45 ha, representing the grassland meadows, 70% of the agriculture area in a), 61% in b), 35% in c) and 27% in d). The reported average stocking rates in standard livestock units (SLU) had been of 0,83 (a), 1,28 (b), 0,44 (c) and, 0,82 (d) SLU ha⁻¹. In the last years a decrease of the areas of small grain cereals (wheat and rye), and an increase of the grasslands areas and other forage crops was reported, with the proportional trend for the increase of the cattle herd. As limitations for the development/increase of the production, the farmers point the reduced availability of quotas of premiums for the animals and the limitation of pasture and/or hay from the meadow grasslands. When inquired after their intentions in short/ medium time the farmers of Planalto and Montesinho stated for an increase of the cattle stock, while the farmers of Barroso and Alvão-Padrela for its maintenance. In all of the four sub-regions the number of farmers with intentions to reduce the cattle stock was small. On the succession of the farmland, the inquired farmers considered that 50% is assured in the case of Barroso, in only 20% in Alvão-Padrela, 15% in Planalto, and by contrast in 80% in the Montesinho. The average ages of the inquired farmers were of 49 years (a), 54 (b), 41 (c) and 47 (d). The grasslands and the cattle production have great increase and importance in the farming mountain systems of Trás-os-Montes and the farmers predominantly bet in its maintenance or enhancement. The main risk for the sustainability of these systems lays in the difficulties of succession of the farms, which given the reported average ages in the inquiries it will not be a problem in the short-medium time, but over all in the long medium time.

1 - INTRODUÇÃO

Nas áreas de montanha de Trás-os-Montes a agricultura é a actividade predominante e as pastagens e a produção agro-pecuária tem uma grande importância na economia das explorações e na utilização do território (INE, 1999).

As pastagens permanentes de montanha são de dois tipos: as de alta montanha em terrenos baldios, de utilização comunitária e extensiva; e as mais intensamente utilizadas, situadas em propriedade privada, com composição florística diversificada mas com predominância de gramíneas, designados por “lameiros” (Pires *et al.*, 2001).

No âmbito do projecto em estudo sobre os lameiros de Trás-os-Montes, visando a sua avaliação, manejo e sustentabilidade dos sistemas agro-pecuários de montanha foram realizados inquéritos em 4 sub-regiões de montanha em Trás-os-Montes.

Os principais resultados gerais deste trabalho apresentam-se nesta comunicação. Em trabalhos anteriores apresentaram-se resultados mais pormenorizados sobre os lameiros e as explorações de uma das sub-regiões – O Barroso (Vieira *et al.* 2000 a) b))

2 - MATERIAL E MÉTODOS

O estudo incidiu em 4 zonas de montanha de Trás-os-Montes, de altitude média superior a 700m: Barroso, correspondendo aos concelhos de Montalegre e Boticas; Alvão/Padrela, abrangendo 4 freguesias dos concelhos de Vila Pouca de Aguiar e Vila Real; Montesinho, compreendendo 17 freguesias dos concelhos de Bragança e Vinhais e Planalto, efectuado em 15 freguesias dos concelhos de Miranda do Douro e Vimioso.

Para responder ao nosso objectivo de avaliar a sustentabilidade destes sistemas de agricultura de montanha baseados na utilização de pastagens de montanha – os *lameiros*, procedeu-se à elaboração de um guião de inquérito, a ser apresentado

individualmente por agricultor. As questões foram divididas em grupos, compreendendo a caracterização do agricultor, a caracterização das várias actividades da exploração, focando as evoluções mais recentes, as práticas culturais empregues nos lameiros, o efectivo pecuário e, por último, reservou-se um grupo de questões relacionadas com as perspectivas dos agricultores face ao futuro.

Numa das sub-regiões, o Barroso, foi possível a realização de 381 inquéritos, correspondendo a uma amostra de 10% das explorações recenseadas em 1989 pelo Instituto Nacional de Estatística. Nas restantes foram realizados entre 20 e 30 inquéritos por sub-região. Na zona do Planalto, estes foram dirigidos aos agricultores sócios da Associação Nacional dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, pelo que abrangem apenas estes sistema de produção. As entrevistas foram realizadas durante o Verão de 1999.

Os resultados dos inquéritos foram ainda comparados com os do recenseamento geral da agricultura(RGA) de 1989 e 1999 (INE) nas freguesias em que foram realizados. Na comparação dos efectivos pecuários foram convertidos os indivíduos de cada espécie de acordo com o conceito de “cabeça normal” adoptado pelo Reg.(CEE) nº 950/97. Assim, 1 bovino adulto representou 1 CN, um novilho/a representou 0,6 CN e um ovino ou caprino em idade adulta representou 0,15 CN.

Este trabalho enquadra-se ainda no projecto de desenvolvimento experimental e demonstração (Medida 8.1 do AGRO), denominado *Produção biológica de bovinos de carne nos sistemas agro-pecuários de montanha em Trás-os-Montes*.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS SUB-REGIÕES EM ESTUDO

As 4 sub-regiões em estudo tem em comum o facto de serem zonas marginalizadas, caracterizadas por dificuldades de desenvolvimento, de diversificação económica e por despovoamento acentuado. Só na última década (INE, 1991, 2001), nas freguesias em que o estudo foi realizado, a diminuição da população cifrou-se entre 13 e 20%. Em consequência, o número de idosos por cada jovem nestas sub-regiões situa-se entre 2 a 3, enquanto a média nacional é inferior à unidade (INE, 2001).

Sendo regiões em tudo semelhantes no que respeita às principais condicionantes ao desenvolvimento rural, apresentam, no entanto, grandes diferenças agro-ecológicas. O efeito da continentalidade é mais pronunciado nas sub-regiões de Montesinho e Planalto, com precipitações médias anuais entre 500 e 1000 mm, em contraste com as sub-regiões do Alvão e Barroso, cuja precipitação média anual varia entre 1500 e 2000 mm (Instituto de Meteorologia, normais climatológicas de 1961 a 1990).

Esta diferenciação nos valores da precipitação irá implicar diferenças significativas no aproveitamento da SAU e na composição do efectivo pecuário. As regiões de Montesinho e Planalto apresentam uma importância relativa dos lameiros menor em relação às outras 2 sub-regiões. Segundo INE (1999), a percentagem de prados e pastagens permanentes na SAU era de 22% em Montesinho, 25% no Planalto, em contraste com 47% no Alvão e 68% no Barroso.

A percentagem de CN Bovinas tem uma relação directa com a maior ou menor percentagem de lameiros na SAU, havendo igualmente uma diferença acentuada entre as sub-regiões do Alvão e Barroso e as de Montesinho e Planalto. Nas sub-regiões

ocidentais, a percentagem varia entre 77 (Barroso) e 79 (Alvão), enquanto que nas mais orientais esse valor desce para 46% (Montesinho) e 56% (Planalto).

Segundo Pires *et al.* (1995) a bovinicultura é assente essencialmente nas pastagens permanentes (lameiros). Em contraste, a exploração de pequenos ruminantes, ovinos e caprinos, é assente no pastoreio de pousios, restolhos, incultos, matos e baldios.

Em todas as sub-regiões, a SAU por exploração é relativamente reduzida. No entanto, é no Alvão que esse valor é menor (6,9 ha), em contraste com o Planalto que apresenta o valor maior (12,7 ha). O Barroso (11,9 ha) e Montesinho (10,9 ha) apresentam situações intermédias.

O Sistema de Agricultura de Montanha é caracterizado pelo facto do primeiro objectivo se centrar no auto-consumo, reduzindo-se as produções mercantis à carne ou leite de bovinos ou pequenos ruminantes. No entanto, com as dinâmicas demográficas verificadas e a introdução de tecnologias responsáveis pela diminuição da necessidade de mão-de-obra, a integração mercantil das explorações de montanha tem sido crescente e cada vez mais especializada nas actividades pecuárias¹.

A variação dos efectivos pecuários e do aproveitamento da SAU têm sido características que evidenciam uma grande dinâmica no sistema de agricultura de montanha. Após um período de forte retracção nas pastagens permanentes, que foram destruídas para a instalação de trigo e batata, incentivados pela política cerealífera dos anos 60, é nos lameiros que se volta a centrar a produção pecuária, sobretudo a bovinicultura. No entanto, essa variação não tem sido idêntica nas 4 sub-regiões, em quantidade e na proporção dos diferentes efectivos pecuários.

Segundo o INE (1989, 1999), o aumento das pastagens permanentes (excluindo as pastagens pobres) é maior na sub-região de maior peso dos cereais para grão na SAU, o Planalto (46%). Nas restantes sub-regiões o aumento das áreas destinadas a pastagens é igualmente muito significativo, mas realizado sobretudo à custa do aumento de pastagens pobres por abandono da terra arável.

O efectivo pecuário médio por exploração que desenvolve a respectiva actividade cresceu significativamente nesta última década, especialmente no caso do efectivo bovino, com variações entre 49% em Montesinho e 68% no Barroso (INE, 1989, 1999). No caso dos pequenos ruminantes, o efectivo médio por exploração manteve-se relativamente constante em Montesinho e Planalto e teve aumentos idênticos ao efectivo bovino nas sub-regiões do Alvão e Barroso.

No entanto, em Montesinho, a dinâmica de crescimento verificada nas explorações que desenvolvem a actividade pecuária não foi suficiente para contrariar a diminuição do número de explorações e a percentagem das que deixaram de ter a componente pecuária, uma vez que o efectivo pecuário convertido em CN desceu 18% (Figura 1).

¹ A produção de castanha em Montesinho e em parte da região do Planalto constitui igualmente uma importante fonte de rendimento destas explorações.

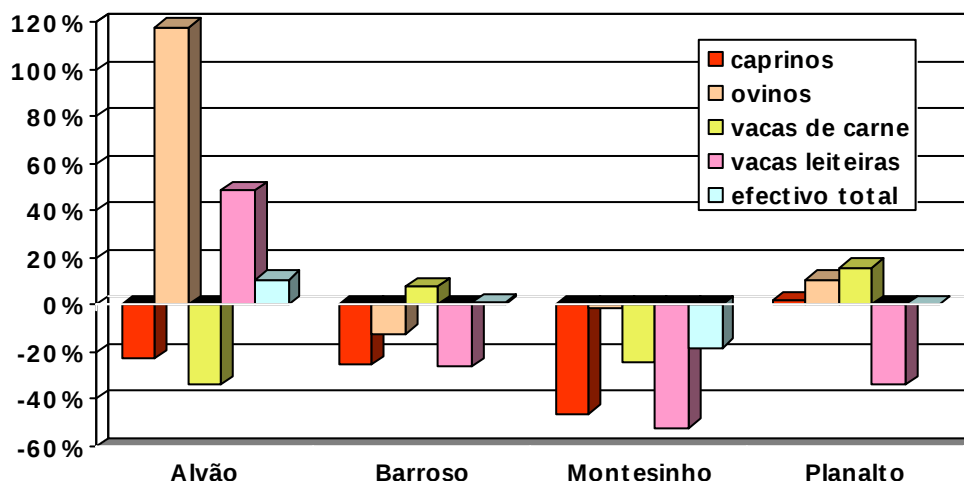


Figura 1 – Evolução do efectivo pecuário (INE, 1989, 1999)

O Barroso e Planalto mantiveram sensivelmente o mesmo número de CN das recenseadas em 1989 e o Alvão teve um acréscimo de 11%, resultante principalmente do aumento do número de vacas leiteiras. Este aumento contraria o verificado nas restantes 3 sub-regiões que tiveram todas diminuições consideráveis no efectivo leiteiro. À excepção do planalto, em que o efectivo caprino não é significativo, verificou-se uma forte diminuição destes animais, evidência da degradação das pastagens baldias que nas 3 sub-regiões do Alvão, Barroso e Montesinho são significativas. Com o abandono destas pastagens, o peso do alimento que os bovinos vão buscar às pastagens comunitárias é cada vez menor e o seu contínuo subpastoreio conduz à degradação das mesmas, num círculo vicioso que acentua o seu abandono. Santos (1992) calculou uma extracção por pastoreio no período agro-pastoril, no início do século XX, de 1283 kg de matéria seca por ha de baldio, contra os apenas 212 kg de MS/ha verificados num baldio de uma aldeia do Barroso.

3.2 – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS (situação em 1999)

No caso do Barroso, tal como referido, foi possível a inquirição a um número considerável de explorações. Por esse facto, a exploração média resultante dos inquéritos aproxima-se da exploração média recenseada em 1999 pelo INE. Nas restantes sub-regiões, as explorações recenseadas apresentam uma dimensão superior à média das explorações recenseadas, sobretudo em Montesinho e Planalto. Pelas razões apresentadas na metodologia, os resultados dos inquéritos do Planalto apenas dizem respeito ao sistema de produção de carne de bovino mirandês.

Na Sub-região Alvão-Padrela foi possível identificar dois sistemas de produção distintos: os produtores de bovinos de carne da raça autóctone local – o Maronês, e as explorações leiteiras, com valores médios por exploração de 4,9 ha no primeiro caso e 19,5 no segundo. De igual modo, o número médio de CN existente nas explorações leiteiras (24,0) é muito superior à média de 7,2 nas explorações de carne. No caso dos encabeçamentos por unidade de superfície os valores são idênticos, havendo, no entanto, um valor de CN por ha de pastagens ligeiramente superior no caso das explorações leiteiras: 2,2 CN em comparação com 2,0 no caso das explorações de carne. Analogamente, no caso do Barroso foi possível a identificação de três sistemas de

produção: bovinos de carne, bovinos de leite e pequenos ruminantes. Nestas duas sub-regiões e sempre que o justifique, os resultados serão apresentados diferenciados por sistema de produção.

A ocupação cultural da exploração média recenseada é diferente entre as sub-regiões oriental e ocidental. Tal como o verificado na análise do RGA de 1999, as duas sub-regiões ocidentais apresentam uma elevada percentagem de lameiros na SAU (entre 60% no Alvão e 70% no Barroso), em contraste com as sub-regiões orientais de muito menor peso destes prados permanentes (entre 25% em Montesinho e 35% no Planalto). Pelo contrário, a percentagem de terra arável na SAU nas sub-regiões de Montesinho e Planalto é muito superior aos valores encontrados no Alvão e Barroso. A rotação tradicional Trigo/Centeio – Pousio ainda é efectuada na generalidade das explorações das sub-regiões orientais, verificando-se no entanto a introdução da aveia e outras culturas forrageiras como importante suporte da alimentação animal. No caso de Montesinho, as culturas permanentes, sobretudo soutos, ocupam uma área importante de SAU (6%). Nas sub-regiões ocidentais, é o milho para forragem a principal cultura. Outrora de grande importância económica, a cultura da batata ocupa uma área reduzida, tendo como principal destino o autoconsumo.

O efectivo pecuário das explorações inquiridas difere substancialmente entre as quatro sub-regiões. Assim, o Planalto apresenta a totalidade do seu efectivo médio, de 19 CN de bovinos autóctones mirandeses. No caso de Montesinho, as 34 CN por exploração estão divididas em 17,9 para bovinos de raça mirandesa, 7,5 de bovinos cruzados e 10,4 de ovinos. No Alvão a maioria do efectivo, de 12 CN totais, encontra-se dividido entre 8 CN de bovinos de leite e 3,7 de bovinos de carne, cabendo aos caprinos as restantes cabeças normais. O barroso apresenta valores mais heterogéneos no que respeita à composição do efectivo, com as suas cerca de 11 CN divididas entre 7 CN de bovinos de carne (3,7 de raças autóctones, sobretudo Barrosã, e 3,3 de cruzamentos de outras raças), 1,4 CN de bovinos de leite e 2,2 de pequenos ruminantes.

Tal como verificado aquando da comparação do RGA entre 1989 e 1999, a percentagem de agricultores que afirmaram ter aumentado a área de lameiros foi significativa em qualquer das 4 sub-regiões. No entanto, foi no Barroso que mais agricultores afirmaram ter uma área superior aquela que tinham 5 anos atrás (cerca de 60%). Nas restantes sub-regiões a grande maioria afirmou ter mantido a área destinada a estas pastagens (Quadro 1).

Quadro 1 – Evolução da área de lameiros nas explorações inquiridas (últimos 5 anos).

	Alvão	Barroso	Montesinho	Planalto
Superior	19%	59%	30%	22%
Igual	74%	36%	63%	78%
Inferior	7%	6%	7%	0%

Ao contrário da área de lameiros, a tendência nas explorações inquiridas, confirmada pelo RGA, é de diminuição acentuada da área destinada a cereais para grão (Quadro 2).

Quadro 2 – Evolução da área de trigo/centeio nas explorações inquiridas(últimos 5 anos).

	Alvão	Barroso	Montesinho	Planalto
Superior	0%	30%	19%	32%
Igual	72%	45%	28%	27%
Inferior	28%	25%	53%	41%

Em todas as sub-regiões, a área destinada a estas culturas tem-se mantido idêntica ou decrescido. É no entanto em Montesinho que o seu cultivo tem vindo a regredir acentuadamente, com 53% das explorações inquiridas a afirmar que a área destinada a centeio/trigo é inferior à existente há 5 anos atrás. Grande parte da área desocupada com o abandono do cultivo de cereais para grão, como já referido, foi deixada a “enlameirar”, isto é, destinada a pastagens espontâneas. Foi igualmente significativo o aumento das áreas destinadas a culturas forrageiras, sobretudo o milho nas zonas de regadio, sobretudo nas sub-regiões ocidentais, e a aveia nas zonas de sequeiro das sub-regiões orientais.

No Quadro 3 está representada a percentagem de agricultores em cada sistema de produção que afirmaram ter um efectivo superior, igual ou inferior, quando comparado com o que existia há 5 anos.

Quadro 3 – Evolução do efectivo pecuário nas explorações inquiridas.

	Alvão		Barroso			Montesinho	Planalto
	Leite	Carne	Bov leite	Bov. carne	Peq. Rum		
Superior	50%	7%	26%	45%	46%	36%	67%
Igual	38%	93%	39%	33%	27%	64%	33%
Inferior	13%	0%	35%	22%	27%	0%	0%

À semelhança das respostas ao aumento da área de lameiros e culturas forrageiras, a maioria dos agricultores afirmou ter aumentado ou mantido o efectivo pecuário. No caso das sub-regiões orientais, Planalto e Montesinho, não houve nenhuma resposta no sentido da existência de um número inferior no efectivo pecuário, muito embora o Planalto apresente um valor muito superior de respostas no sentido do aumento. Nas restantes duas sub-regiões verifica-se uma diferença entre sistemas de produção, sendo que as respostas entre os sistemas de bovinos de carne e leite foram antagónicas quando comparado o Barroso ao Alvão. Nesta última sub-região, 50 % dos bovinicultores de leite afirmaram ter aumentado o efectivo pecuário em contraste com os 7% dos bovinicultores de carne. No caso do Barroso a situação é inversa, com 26% dos bovinicultores de leite a afirmar terem aumentado o efectivo, em contraste com 45% nos bovinicultores de carne. As respostas dos criadores de pequenos ruminantes aproximam-se muito deste último sistema.

3.3 – PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FACE AO FUTURO (resultados dos inquéritos)

Para avaliar a sustentabilidade dos lameiros foram efectuadas duas questões em que era perguntado aos agricultores se, caso pudessem, daqui a 5 anos aumentavam, mantinham ou diminuía a área de lameiros, assim como o efectivo pecuário. Como não existiram diferenças significativas nos resultados obtidos com as duas questões e porque a sustentabilidade dos lameiros é função do efectivo pecuário, especialmente de bovinos, apresentamos no quadro seguinte os resultados das respostas a essa questão.

Quadro 4 – Perspectivas do agricultor quanto à evolução do efectivo pecuário.

	Alvão		Barroso			Montesinho	Planalto
	Leite	Carne	Bov leite	Bov. carne	Peq. Rum		
Aumentava	50%	7%	20%	32%	37%	65%	40%
Mantinha	50%	87%	72%	57%	50%	30%	50%
Diminuía	0%	7%	8%	11%	13%	5%	10%

A manutenção do efectivo é a intenção generalizada dos agricultores nas sub-regiões em estudo. Excepção para a sub-região de Montesinho em que 65% dos agricultores afirmaram pretender aumentar o seu efectivo. O sistema de produção de bovinos de leite do Alvão com 50% de respostas favoráveis ao aumento do efectivo, o Planalto com 40%, o sistema de criação de pequenos ruminantes do Barroso com 37% e de bovinos de carne com 32% apresentam também valores importantes para garantir a sustentabilidade dos lameiros.

A disponibilidade de alimento pode ser factor restritivo ao aumento do efectivo. Pelo facto, foi perguntado aos agricultores que factores consideravam limitantes na alimentação animal (Quadro 5).

Quadro 5 – Factor limitante na alimentação animal.

	Alvão	Barroso	Montesinho	Planalto
Nenhum	0%	77%	45%	65%
Feno	79%	20%	15%	0%
Pasto	13%	2%	35%	30%
Outro	8%	1%	5%	5%

No Barroso e Planalto, a maioria dos agricultores considera o efectivo pecuário adequado à quantidade de alimento que possui (77% no Barroso e 65% no Planalto). No entanto, no Barroso 20% dos inquiridos consideram limitante o feno e no Planalto 30% consideram o pasto. Nas restantes duas sub-regiões a maioria dos agricultores considera insuficiente a disponibilidade de alimento (a totalidade dos inquiridos no Alvão e 55% em Montesinho). É de realçar que as duas sub-regiões ocidentais afirmaram ser o feno o factor limitante principal, enquanto que as duas sub-regiões orientais afirmaram ser o pasto.

A percentagem de agricultores que fazem depender o aumento do seu efectivo da existência de direitos ao prémio é muito elevada. Na sub-região do planalto, 72% dos inquiridos afirmaram que aumentariam o efectivo caso tivessem disponibilidade de direitos de vacas aleitantes. Em Montesinho esse valor é de 44% e no Barroso de 25%. Entre os criadores de pequenos ruminantes é igualmente elevada a percentagem dos que aumentariam o efectivo caso tivessem direitos disponíveis, com valores de 50% em Montesinho e 23% no Barroso. Na sub-região do Alvão foi nula a resposta ao aumento do efectivo caso tivessem mais direitos a prémios, o que é facilmente explicável pelos 87% dos produtores que pretendem manter o encabeçamento do efectivo pecuário.

No Quadro 6 estão representados os valores médios de SAU e do número de cabeças normais de acordo com as respostas obtidas à pergunta “se pudesse daqui a 5 anos aumentava, mantinha ou diminuía o efectivo”.

Quadro 6 – Área média de SAU e número médio de cabeças normais de acordo com a resposta às perspectivas de variação do efectivo.

	Alvão		Barroso		Montesinho		Planalto	
	SAU	CN	SAU	CN	SAU	CN	SAU	CN
Aumentava	22,7	29,6	14,5	13,0	51,8	29,7	38,8	19,9
Mantinha	6,4	8,6	13,7	10,3	32,8	35,9	37,1	18,0
Diminuía	6,2	6,6	11,0	9,2	34,0	11,6	65,3	20,2

De uma maneira geral, é nas explorações de maior dimensão, com maior expressão mercantil, que a perspectiva de aumento do efectivo mais é afirmada. O valor da SAU e do número de CN é substancialmente superior no caso do Alvão, muito embora as explorações de maior dimensão estejam associadas à produção leiteira. No caso do Planalto verifica-se que a dimensão média das explorações que afirmaram pretender diminuir é muito superior às que afirmaram manter ou aumentar, sobretudo no que respeita à SAU. No entanto, o facto de apenas 2 explorações terem afirmado como resposta a diminuição do efectivo, torna este resultado com muito reduzido grau de significância.

A idade do produtor é outro factor de grande importância na perspectiva do criador em relação à variação do seu efectivo (Quadro 7).

Quadro 7 – Idade média do produtor de acordo com a resposta às perspectivas de variação do efectivo.

	Alvão	Barroso	Montesinho	Planalto
Aumentava	40	45	41	34
Mantinha	57	49	62	42
Diminuía	55	50	45	65

É em geral nos produtores mais jovens que se encontra o maior número de respostas positivas à perspectiva de aumento do efectivo. No entanto, o desvio padrão dos valores apresentados é muito elevado, sobretudo entre os que afirmaram pretender diminuir o efectivo (14 anos no caso do Barroso).

A generalidade dos produtores não pensa abandonar a actividade. Exceptuando a sub-região do Alvão, todas as outras apresentam uma percentagem de agricultores que afirmaram não pretender abandonar a agricultura superior a 85% (Quadro 8).

Quadro 8 – Perspectivas do produtor quanto ao abandono da actividade.

	Alvão	Barroso	Montesinho	Planalto
Não abandonava	48%	89%	85%	85%
Reformava-se	52%	5%	10%	15%
Mudava de actividade	0%	5%	5%	0%

A falta de diversificação económica, característica comum a estas quatro sub-regiões, torna escassa a alternativa de emprego à actividade agro-pecuária. Nesta situação apenas 5% dos produtores do Barroso e igual percentagem dos produtores de Montesinho afirmaram pretender mudar de actividade. Realce-se o facto da idade média dos que afirmaram pretender mudar de actividade ser mais baixa que a média dos produtores inquiridos. A apetência para o abandono da actividade parece ser superior em classes etárias mais baixas.

As medidas de desenvolvimento rural da PAC contemplam a florestação de terras agrícolas. Apesar dos prémios por perda de rendimento atribuídos às superfícies agrícolas florestadas terem valores mais elevados que, por exemplo, a ajuda à preservação dos lameiros das Medidas Agro-Ambientais, a generalidade dos produtores não florestava as áreas agrícolas (Quadro 9).

Quadro 9 – Perspectivas do produtor quanto à florestação de terras agrícolas.

	Alvão	Barroso	Montesinho	Planalto
Não Florestava	100%	76%	85%	96%
Apenas terras de cultivo	0%	20%	10%	0%
Apenas lameiros	0%	0%	0%	0%
Ambas	0%	4%	5%	4%

Na sub-região do Alvão, a totalidade dos inquiridos afirmou não florestar as terras de cultivo. No Barroso, a percentagem dos que põem esta hipótese é ligeiramente superior às restantes sub-regiões. No entanto, dos 24% que puseram hipótese de florestar apenas uma pequena parte o faria nos lameiros e privilegiando em primeiro lugar as terras aráveis. Refira-se que em nenhuma das 4 sub-regiões foi registada uma afirmação no sentido da intenção de florestar apenas parcelas de lameiro.

O Quadro 10 representa a percentagem de agricultores que responderam positiva ou negativamente à possibilidade de terem um sucessor para a exploração.

Quadro 10 – Perspectivas perante a sucessão da exploração.

	Alvão	Barroso	Montesinho	Planalto
Com sucessão	21%	49%	80%	15%
Sem sucessão	79%	51%	20%	85%

Os inquiridos consideram que está assegurada a sucessão na exploração em 50% das explorações do Barroso, em apenas 20% no Alvão-Padrela, 15% no Planalto e, pelo contrário, em 80% em Montesinho.

Uma vertente que consideramos ter margem de progressão e que contribuirá fortemente para a sustentabilidade destes sistemas prende-se com a promoção dos mercados para valorização das produções, incluindo as denominações de origem resultantes da criação da bovinicultura extensiva de raças autóctones e/ou o desenvolvimento da bovinicultura biológica. Segundo Barreto (1992), o melhoramento das performances dos animais de raças autóctones sem desvirtuar o carácter extensivo das suas produções é igualmente um factor preponderante no desenvolvimento deste sistema.

4 - CONCLUSÕES

Ao contrário de sistemas de agricultura baseados em culturas permanentes, a agricultura de montanha tem uma notável capacidade de responder a estímulos externos e adaptar os respectivos sistemas de produção de acordo com os valores de mercado das diferentes produções, incluindo as ajudas e prémios decorrentes da PAC.

A adesão à Comunidade Europeia veio originar a diminuição do valor das produções vegetais. Pelo contrário, as indemnizações compensatórias, os prémios aos pequenos ruminantes, às vacas em aleitamento e, mais recentemente, a ajuda aos animais de raças autóctones, vieram centrar as produções mercantis nas actividades pecuárias.

Esta situação provocou uma adaptação do sistema de agricultura de montanha às políticas introduzidas e a consequente diminuição das áreas destinadas a grão e batata e a sua reconversão em pastagens e em culturas forrageiras anuais.

A estrutura etária dos produtores, a sua perspectiva de manter ou aumentar os efectivos pecuários e a generalizada intenção de manterem a actividade asseguram a sustentabilidade dos lameiros e destes sistemas de produção a curto/médio prazo. No entanto, a falta de sucessão ou a limitação de quotas para acesso aos prémios poderão por em risco estes sistemas de agricultura de montanha no médio/longo prazo.

A diminuição continuada no efectivo de pequenos ruminantes, sobretudo de caprinos, que poderá ser acentuada com a nova reforma da PAC, poderá contribuir igualmente para a degradação das pastagens baldias e o aumento dos riscos de incêndio pela progressiva dificuldade de controlo das espécies arbustivas.

Torna-se por isso indispensável completar as ajudas ao rendimento com políticas de desenvolvimento rural reforçadas, que tenham em consideração as dinâmicas próprias dos sistemas de produção locais.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, Alexandre, 2002. *A Produção da Carne Barrosã em Barroso. Contributo para a definição de um plano de desenvolvimento integrado da raça Barrosã*. Relatório de Estágio. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 110 pp. Vila Real (Portugal).
- INE, 1989. *Recenseamento Geral da Agricultura*. Edição do Instituto Nacional de Estatística. Lisboa (Portugal).
- INE, 1999. *Recenseamento Geral da Agricultura*. Edição do Instituto Nacional de Estatística. Lisboa (Portugal).
- Instituto de Meteorologia, s. d. *Normais climáticas do período de 1961 a 1990*. Edição do Instituto de Meteorologia.
- Pires, J., Pinto, P., Moreira, N., 1994. *Lameiros de Trás-os-Montes. Perspectivas de futuro para estas pastagens de montanha*. Série Estudos, 29. Edição ESA-IPB. 96 pp. Bragança (Portugal).
- Pires, J., Moreira, N., 1995. *O subsistema pecuário da bovinicultura na área do Parque Natural de Montesinho*. Série Estudos, 31. Edição ESA-IPB. 60 pp. Bragança (Portugal).
- Santos, J.M., 1992. *Mercados, Economias e Ecossistemas no Alto Barroso*. Câmara Municipal de Montalegre, 345 pp. Montalegre (Portugal).
- Vieira, J., Sanches, D., Gonçalves, S., Bernardo, A. E Moreira, N., 2000 (a). Sustentabilidade dos lameiros e do sistema de agricultura de montanha do norte de Portugal. I Sistema de Agricultura. In *Actas da 3ª Reunião Ibérica de Pastagens e Forragens*. Bragança – A Coruña – Lugo, 7-13 de Maio, pp. 731-736.

- Vieira, J., Gonçalves, Sanches, D., S., Bernardo, A. E Moreira, N., 2000 (b). Sustentabilidade dos lameiros e do sistema de agricultura de montanha do norte de Portugal. II Lameiros. In *Actas da 3ª Reunião Ibérica de Pastagens e Forragens*. Bragança – A Coruña – Lugo, 7-13 de Maio, pp. 737-742.
- Vieira, José, 1994. *Caracterização, Evolução e Análise dos Sistemas de Produção do Barroso. Estratégias de Desenvolvimento*. Relatório de Estágio. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 97 pp. Vila Real (Portugal).